

30



051

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 120067-3.01 - Recife/PE
AGRAVANTE: POSTO PRAIA DO SOL LTDA
AGRAVADO: PUMA PETRÓLEO DO BRASIL S/A
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO. CHEQUES. AUTONOMIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

5501

Somente é cabível o acolhimento de exceção de pré-executividade quando os títulos executivos se mostram nulos ou ausentes de liquidez, certeza e exigibilidade, ou quando a ação é proposta contra parte ilegítima.

O cheque quando não vinculado a contrato, não perde sua autonomia e está apto a aparelhar ação executiva.

DECISÃO: "UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

DATA DO JULGAMENTO: 16/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de RECURSO DE AGRAVO Nº 120067-3.01 - Recife/PE, tendo como agravante POSTO PRAIA DO SOL LTDA e Agravado PUMA PETRÓLEO DO BRASIL S/A, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Recife, 22 de janeiro de 2010.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.



Podor Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 120067-3/01 - RECIFE
AGRAVANTE: POSTO PRAIA DO SOL LTDA
AGRAVADO: PUMA PETRÓLEO DO BRASIL LTDA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

POSTO PRAIA DO SOL LTDA, interpôs Recurso de Agravo Legal contra a decisão terminativa que negou seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento, tendo como agravado **PUMA PETRÓLEO DO BRASIL LTDA**.

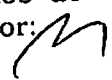
Esta relatoria manteve a decisão do juízo monocrático que rejeitou a Exceção de pré-executividade suscitada pelo agravante e negou seguimento ao Agravo de Instrumento nos termos do art. 557, do CPC, tendo em vista o recurso ser manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

O requerente alega, em suma, que a Exceção de pré-executividade deve se recebida já que os cheques, que esteiam a exordial, além de intimamente vinculados ao referido negócio jurídico e ausentes de autonomia, padecem de certeza e exigibilidade em razão da sua expressa substituição por contrato mais abrangente e de garantia hipotecária. Aduz ainda, que houve novação da dívida uma vez que há uma escritura pública em que o requerente se obriga em pagar o débito.

Requer, a suspensão da decisão atacada até seu julgamento final, e com base no parágrafo 1º, do art. 557, do CPC, em sede de retratação, a modificação da decisão terminativa para efeito de ser julgado e processado o mérito do agravo de instrumento, ou alternativamente, que o presente recurso seja levado para apreciação do colegiado.

É o relatório.

VOTO

Adoto como fundamentos de meu voto os mesmos contidos na decisão guerreada que é do seguinte teor: 

32

053

"DECISÃO TERMINATIVA - POSTO PRAIA SOL LTDA interpõe o presente recurso de Agravo de Instrumento em face de decisão proferida pelo juízo da 31ª Vara Cível da Comarca do Recife exarada nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta contra si pela empresa **Puma Petróleo do Brasil Ltda**, que consistiu em rejeitar a exceção de pré-executividade suscitada pelo agravante. Diz a agravante que a decisão recorrida veio a rejeitar a exceção de pré-executividade suscitada contra a agravada, recepcionando a tese de que os cheques que esteiam a execução foram emitidos independentemente da existência de contrato que garante a dívida da agravante, sendo assim, os cheques não perderam sua autonomia. Afirma que a agravante, conjuntamente com outras partes, firmou em data de 11 de dezembro de 2003 uma escritura pública de garantia e hipoteca, onde figuraram como partes, na qualidade de outorgada credora, a agravada, e na qualidade de garantidor/devedor, André Felipe Martins Pereira, sócio-gerente da agravante, assumindo o garantidor/devedor, como principal pagador, até o limite global e indistinto de R\$ 652.500,00 pelos débitos já confessados e futuros oriundos da relação comercial entre credor e devedores, aí estando entre o rol dos devedores, a agravante. Alega que em referido instrumento, pactuaram as partes que em caso de inadimplência dos revendedores para com a agravada, a execução do débito far-se-ia através de execução hipotecária e em face do avençado, em referido instrumento, os cheques que esteiam a execução, inseridos ali por pactuação expressa ali definida, muito embora possuam liquidez, não possuem certeza e exigibilidade, vez que qualquer título de crédito vinculado a contrato perde o caráter de autonomia. Requer que o presente recurso seja recebido no seu efeito suspensivo para sobrestar, até julgamento final pela Câmara Cível respectiva, os efeitos da decisão recorrida, determinando, inclusive, a suspensão da continuidade do rito executório; que a Câmara Cível a qual este recurso for distribuído, conheça do Agravo e lhe dê provimento em todos os seus termos e fundamentos, para reformar a decisão atacada julgando nula a execução e que a penhora que venha a incidir, recaia obrigatoriamente sobre o bem objeto da garantia hipotecária. Sobre o pedido liminar requerido, não houve decisão. O agravado pronunciou-se às fls. 130/147. Passo a decidir. No entendimento de HUMBERTO THEODORO JUNIOR: *"Mostrando-se visivelmente nulo o título executivo ou manifestamente ilegítima a parte contra quem se intenta a execução, ou ainda, estando a relação processual contaminada de nulidade plena e ostensiva, cabe o expediente que se vem denominando "exceção de pré-executividade", que nada mais é do que o simples pedido direto de extinção do processo, independentemente do uso dos embargos e da segurança do juízo."* A matéria discutível em sede de exceção de pré-executividade ultrapassa aquelas de ordem pública que podem ser conhecidas, ex-officio, pelo juiz da causa, como a alegada pelo excipiente, ora agravante, que busca a declaração de inexigibilidade dos títulos executivos extrajudiciais, sob o argumento de que, estando vinculados a contrato, perderam sua autonomia. A pretensão da agravante é de toda descabida. Os títulos não são nulos, porquanto preenchem os requisitos legais desde que têm liquidez, certeza e exigibilidade e a execução não se processa contra parte ilegítima. Os cheques não estão vinculados a nenhum contrato, portanto, não perderam sua autonomia. A escritura pública de constituição de garantia hipotecária de fls. 108/112, não pode ser considerada como instrumento de novação da dívida, mesmo porque não há como ocorrer novação de dívida futura, dívida ainda não contraída. Não há dúvida de que

33

054

instrumento firmado através da mencionada escritura pública, é apenas mais uma garantia para o agravado que pode demandar, isoladamente, contra o emitente dos cheques, como assim o fez, ou contra o devedor solidário que ofereceu os bens descritos como garantia, ou contra ambos. O pedido de que a penhora recaia nos bens dados em garantia pelo devedor solidário, igualmente carece de legalidade, posto que aquele - devedor solidário - não é parte no processo de execução, não sendo, pois, admissível, a constrição de seus bens. É assim a jurisprudência do STJ.

REsp 302780 / SP - rel. Ministra NANCY ANDRIGHI - 3ª TURMA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. GARANTIA HIPOTECÁRIA PRESTADA POR TERCEIROS. PENHORA SEM QUE OS HIPOTECANTES FIGUREM NO PÓLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. A lei considera o contrato de garantia real como título executivo. Logo, o terceiro prestador da garantia pode ser executado, individualmente. Todavia, se a execução é dirigida apenas contra o devedor principal, é inadmissível a penhora de bens pertencentes ao terceiro garante, se este não integra a relação processual executiva. Recurso a que se dá provimento.

A decisão recorrida, portanto, afigura-se correta quando rejeitou a objeção de pré-executividade. Feitas estas considerações, por entender que o presente recurso é manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, nego ao mesmo seguimento, o que faço com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se".

Posto isto, inexistindo motivos para modificar a decisão atacada, meu voto é negando provimento ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

W/jma.